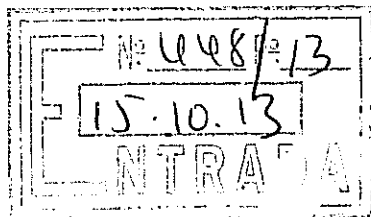


reitoria universidade de aveiro

theoria poiesis praxis



Of. 495-REIT/2013
15-10-2013

**Ex.mo Senhor
Presidente da Direção
do Sindicato Nacional do Ensino Superior
SNESup
Av. 5 de Outubro, 104 - 4.º
1050-060 Lisboa**

***Assunto: Audição Sindical – Projeto de Regulamento sobre Regime das Carreiras Próprias
do Pessoal Docente em Regime de Direito Privado da Universidade de Aveiro e
respetiva Contratação.***

Ex.mo Senhor Presidente,

Junto se envia a V. Ex.ª, no cumprimento do disposto na Constituição da República Portuguesa e na Lei n.º 23/98, de 26 de maio, em especial no artigo 10.º, e para os devidos efeitos, o projeto de *Regulamento sobre Regime das Carreiras Próprias do Pessoal Docente em Regime de Direito Privado da Universidade de Aveiro e respetiva Contratação* (cfr. cópia em Anexo).

Aguardamos os vossos comentários e ou sugestões, no prazo de 20 dias a contar da receção do presente Ofício.

O Reitor,

Prof. Doutor Manuel António Assunção

Junto: Um Anexo

REGULAMENTO SOBRE REGIME DAS CARREIRAS PRÓPRIAS DO PESSOAL DOCENTE EM REGIME DE DIREITO PRIVADO DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO E RESPECTIVA CONTRATAÇÃO

Como resulta do Decreto-Lei n.º 97/2009, de 27 de abril, a Universidade de Aveiro é atualmente uma Instituição de ensino superior de natureza fundacional – fundação pública com regime de direito privado, nos termos da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro – pelo que, nos parâmetros legais e estatutários pertinentes, se rege pelo direito privado, designadamente no que respeita à gestão de pessoal, e, em decorrência, detém capacidade autónoma para definir o regime de carreiras próprias do seu pessoal docente e investigador, sem prejuízo de, neste contexto, dever também, conforme n.º 3 do artigo 134.º da citada Lei n.º 62/2007, «promover a convergência dos respetivos regulamentos internos com os princípios subjacentes à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e à legislação especial aplicável às respetivas carreiras» (cfr. n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 97/2009);

Considerando que, num momento de acentuadas constrições económico-financeiras e de reajustamento dos modelos institucionais às novas realidades daí decorrentes, se impõe racionalizar esforços e encontrar equilíbrios que permitam reagir de modo adequado e eficaz aos desafios a enfrentar, o presente Regulamento opta por uma aproximação vinculada entre o regime de direito privado, que visa regular, e o regime dos estatutos de carreira dos docentes em regime público, assumindo-se, assim, como solução mais moderada, *hoc sensu*, por mais consequente e ajustada à situação atual;

Assim, promovida a discussão pública do projeto de Regulamento, conforme estabelecido no n.º 3 do artigo 110.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, em harmonia com os normativos consagrados sobre esta matéria no Código do Procedimento Administrativo, em especial nos seus artigos 117.º e 118.º, e ouvidas as organizações sindicais, é, nos termos das alíneas c), d) e n) do n.º 3 do artigo 23.º dos Estatutos da Universidade de Aveiro (doravante designados por Estatutos), homologados pelo Despacho Normativo n.º 18-A/2009, de 30 de abril, publicado no *Diário da República*, n.º 93, 2.ª série, de 14 de maio, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo n.º 23/2012, de 19 de outubro, publicado no *Diário da República*, n.º 208, 2.ª série, de 26 de outubro, aprovado em, pelo Reitor da Universidade de Aveiro, o seguinte:

Regulamento sobre Regime das Carreiras Próprias do Pessoal Docente em Regime de Direito Privado da Universidade de Aveiro e respetiva Contratação:

Artigo 1.º

Lei habilitante e objeto

1- O presente Regulamento sobre Regime das Carreiras Próprias do Pessoal Docente em Regime de Direito Privado da Universidade de Aveiro e respetiva Contratação (doravante designado de Regulamento) é emitido ao abrigo do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, *maxime* do n.º 3 do seu artigo 134.º, e no uso dos poderes autonómicos de gestão dos recursos humanos próprios, capacidade reconhecida à Universidade de Aveiro (UA) enquanto fundação pública com regime de direito privado, nos termos da mesma Lei, do Decreto-Lei n.º 97/2009, de 27 de abril, designadamente no n.º 4 do seu artigo 4.º, e dos respetivos Estatutos, homologados pelo Despacho Normativo n.º 18-A/2009, de 30 de abril, e alterados pelo Despacho Normativo n.º 23/2012, de 19 de outubro.

2- O Regulamento visa criar, no âmbito da UA, carreiras próprias de pessoal docente em regime de direito privado, definir o regime que lhes é aplicável e regular as respetivas formas de contratação, em relação a ambos os subsistemas de ensino superior que nela coexistem, universitário e politécnico, e abrangendo todas as suas estruturas e unidades orgânicas.

3- O Regulamento, atento o âmbito de abrangência definido no número anterior, não se aplica ao pessoal docente que permaneça ou que seja contratado em regime de direito público (doravante designado de pessoal docente ou docentes em regime público) nos termos do n.º 4 do artigo 134.º do RJIES, n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 97/2009, e dos artigos 85.º-A do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) e 44.º-B do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP), atualmente na redação, respetivamente, dos Decretos-Lei n.ºs 205/2009 e 207/2009, de 31 de agosto, com as alterações das Leis n.ºs 8/2010 e 7/2010, de 13 de maio.

4- Sem prejuízo do disposto no número anterior, o pessoal docente em regime público pode ser contratado no regime previsto no Regulamento, devendo nesse caso suspender-se a relação jurídica de emprego público nos termos dos artigos 230.º e 231.º do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP), aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

Artigo 2.º

Regime de direito privado e norma  o aplicável

1- A UA dispõe de carreiras próprias de pessoal docente em regime de direito privado (doravante designado de pessoal docente ou docentes em regime laboral), nos termos do n.º 3 do artigo 134.º, do RJIES, e do presente Regulamento.

2- Atento o disposto no número anterior e regendo-se a UA pelo direito privado no que respeita   sua gestão de pessoal, as fontes normativas aplicáveis   rela  o jurídico-laboral estabelecida com o pessoal docente abrangido pelo Regulamento são, por esta ordem:

- a) Código do Trabalho (CT), aprovado em Anexo   Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e legisla  o laboral complementar;
- b) Instrumentos de regulamenta  o coletiva de trabalho que venham a ser adotados nos termos legais;
- c) Este Regulamento e demais regulamentos da UA com atinência na matéria;
- d) ECDU e ECPDESP (doravante designados Estatutos de Carreira), consoante o subsistema que esteja em causa, sempre que para eles o Regulamento remeta e supletivamente nos casos omissos, quando não haja prevalência das fontes anteriores;
- e) Regime do Contrato de Trabalho em Fun  es Públicas (RCTFP), subsidiariamente.

3- O disposto no número anterior entende-se sem prejuízo da aplica  o dos princípios constitucionais respeitantes   Administra  o Pública, nomeadamente a prossegu  o do interesse público, bem como os princípios da igualdade, da imparcialidade, da justiça e da proporcionalidade, e bem assim dos princípios subjacentes   Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR).

4- Na aplica  o das fontes normativas enunciadas nos números anteriores deve atender-se ao princípio da tendencial convergência com os Estatutos de Carreira dos docentes em regime público, princípio que o Regulamento consagra nos termos seguidamente instit  dos.

5- De harmonia com o princípio consagrado no número anterior e atento o paralelismo imposto pelo n.º 3 do artigo 134.º do RJIES, a aplica  o do CT ao pessoal docente em regime laboral não prejudica a ado  o, em paralelismo de situa  es, dos limites máximos para a dura  o dos contratos a termo

resolutivo, bem como do período experimental, consagradas para o pessoal em regime público nos Estatutos de Carreira.

Artigo 3.º

Estruturação das carreiras e mapas de pessoal

1- De harmonia com os princípios e regras invocados nos artigos anteriores, a estruturação das carreiras de pessoal docente em regime laboral é, nos termos e com as adaptações adiante estabelecidas, paralela à das carreiras previstas nos Estatutos de Carreira de pessoal docente em regime de direito público, assume idênticas designações, apenas acrescidas do qualificativo «em regime laboral», e desenvolve-se por similar elenco de categorias, o mesmo sucedendo quanto às habilitações académicas exigíveis para sua ocupação.

2- Às carreiras e categorias a que se refere o número anterior correspondem mapas próprios do pessoal em regime laboral da UA, nos quais se faz a descrição dos postos de trabalho e o correspondente acervo principal de funções, nos termos do artigo seguinte.

3- A distribuição do pessoal docente pelas áreas disciplinares e respetivas categorias consta de mapa de pessoal docente em regime laboral a aprovar pelo Conselho Geral da UA, tendo em consideração o plano de atividades e orçamento anuais, o mesmo sucedendo em relação às alterações que as necessidades de serviço imponham, salvaguardada em qualquer caso a existência de disponibilidade orçamental.

Artigo 4.º

Categorias e funções

1- As categorias e as funções do pessoal docente em regime laboral são, com as devidas adaptações e sem prejuízo do disposto no número seguinte, as que se encontram previstas no ECDU e ECPDESP, conforme os subsistemas de ensino a que o pessoal docente respeite.

2- Para além das categorias a que se refere o número anterior podem ser celebrados contratos para prestação de serviço docente a termo resolutivo certo ou incerto aos quais se aplicam diretamente as

regras do CT, não podendo as contrapartidas remuneratórias exceder o que fosse devido para o exercício de funções equivalentes em regime público.

3- Os contratos a que se refere o número anterior têm caráter de exceção, destinando-se a ocorrer a situações de necessidade imediata de assegurar o serviço docente por um período temporal limitado, designadamente nas seguintes situações:

- a) Substituição de docentes em formação ou desenvolvimento de trabalhos financiados por programas ou projetos;
- b) No âmbito dos programas e ou projetos de caráter limitado no tempo ou cuja continuação dependa da manutenção desse funcionamento;
- c) Necessidades decorrentes de vagas imprevistas ou ocorridas no decurso do ano letivo até à finalização deste ou ao preenchimento da vaga;
- d) Serviços docentes especializados de duração limitada no tempo.

Artigo 5.º

Direitos e deveres

1- Salvo quanto àqueles que decorram do regime específico de direito público, aos docentes em regime laboral são, nos termos segundamente estatuidos, genericamente garantidos os direitos e exigido o cumprimento dos deveres que se encontram estabelecidos nos Estatutos de Carreira para o pessoal docente do ensino superior universitário e politécnico, consoante os casos.

2- Ao pessoal docente em regime laboral aplica-se a regra da favorabilidade de regimes, pelo que, sempre que tal lhes seja concretamente mais favorável, se aplicam os regulamentos internos e os instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho adotados para o pessoal docente em regime público, em qualquer caso sem prejuízo das regras imperativas do Código de Trabalho e com ressalva das regras cuja abrangência vise especificamente o pessoal em regime público.

3- Em matéria de direitos, são, sem prejuízo do disposto nos números seguintes, genericamente aplicáveis ao pessoal docente em regime laboral as regras dos Estatutos de Carreira relativas a duração do trabalho, férias, faltas e outras regalias estatutárias.

4- Em matéria de deveres, são, sem prejuízo do disposto nos números seguintes, genericamente aplicáveis ao pessoal docente em regime laboral as regras legais e regulamentares vigentes para o pessoal em regime público, designadamente em matéria disciplinar e de acumulações, incompatibilidades e impedimentos.

5- Salvo situações excecionais casuisticamente autorizadas ou imperativos institucionais inadiáveis, as férias devem ser gozadas no mês de agosto.

6- Salvo tratando-se, atento o interesse institucional reconhecidamente relevante, de participação previamente autorizada pelo Reitor, constitui conflito de interesses e, como tal, considera-se incumprimento grave dos deveres do docente o exercício, bem como a sua participação, direta ou indireta, em instituições ou empresas com tal objeto, em atividades de formação, de consultoria, de docência e ou de prestação de serviços de investigação ou conexos, em áreas e domínios que sejam concorrenciais com as atividades prosseguidas na UA pelo docente, nos mesmos âmbitos.

7- Os docentes em regime laboral beneficiam do regime de segurança social, bem como do regime jurídico de acidentes de trabalho e de doença profissional, aplicáveis ao regime jurídico-laboral que em cada caso detenham.

8- Os docentes em regime laboral devem, ainda, respeito às disposições e princípios estabelecidos nos Códigos de Ética aprovados no âmbito da UA.

Artigo 6.º

Regime e requisitos para a contratação

1- A contratação dos docentes em regime laboral efetua-se por tempo indeterminado ou a termo resolutivo, certo ou incerto, em qualquer dos casos nos termos admitidos no CT em conjugação com os limites temporais estabelecidos nos Estatutos de Carreira, por decisão do Reitor, sob proposta do Conselho Científico, consoante opção gestionária atentas as específicas necessidades de serviço, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2- A contratação por tempo indeterminado considera-se reservada às categorias de professor de carreira.

3- O regime de *tenure* a que se referem os Estatutos de Carreira e o artigo 50.º do RJIES só é aplicável a docentes que reúnam condições equivalentes às exigidas para os docentes em regime público e tem o seu âmbito confinado à UA.

4- Com ressalva daqueles que respeitam à admissão ao exercício de funções em regime de direito público, os requisitos para a contratação nas categorias de pessoal docente em regime laboral são os previstos no CT, acrescidos, com as devidas adaptações, dos requeridos nos Estatutos de Carreira para idêntico posto de trabalho quando em regime público, com as especificidades do presente Regulamento.

Artigo 7.º

Garantias na contratação

1- A contratação do pessoal docente abrangido pelo presente Regulamento segue, com as devidas adaptações, o regime previsto no ECDU ou no ECPDESP, consoante o caso, para posição equivalente do pessoal docente em regime público.

2- O procedimento de contratação obedece aos princípios de liberdade de candidatura, de igualdade de condições e de igualdade de oportunidades para todos os candidatos.

Artigo 8.º

Regime de prestação do serviço docente

1- Aos docentes em regime laboral aplicam-se, sem prejuízo do disposto no número seguinte, as demais regras estabelecidas para o pessoal docente da UA em regime público, designadamente no RJIES, Estatutos de Carreira, Estatutos e Regulamentos internos, em especial no que respeita à prestação de serviço docente e a todas as funções que lhe são inerentes.

2- Nas contratações a que se referem os n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º é fixado um plano de dedicação académica, contendo a carga horária e a distribuição de tarefas, que, nesses casos, são confinadas ao serviço docente e atividades com ele diretamente conexas.

Artigo 9.º

Avaliação de desempenho

- 1- É aplicável, com as devidas adaptações, aos docentes em regime laboral o sistema de avaliação de desempenho legal e regulamentarmente instituído na UA para os docentes em regime público.
- 2- A avaliação de desempenho positiva é requisito indispensável à contratação por tempo indeterminado de docentes findo o período experimental a que estejam sujeitos, quando seja o caso.
- 3- A avaliação de desempenho positiva é igualmente requisito indispensável em relação à renovação de contratos a termo certo de docentes em regime laboral.

Artigo 10.º

Sistema remuneratório

- 1- À fixação das remunerações do pessoal docente em regime laboral, a que em cada caso contratualmente se procede em conformidade com a Tabela I Anexa, preside o princípio da tendencial convergência com as que sejam devidas, nos termos legais, aos docentes em regime público.
- 2- A determinação do posicionamento remuneratório inicial do docente em regime laboral, na categoria que lhe corresponda, é decidida por despacho reitoral, sob parecer do Conselho Científico e ouvido o Diretor da unidade orgânica de ensino e investigação a que respeite a contratação, e resulta de negociação prévia, tomando em consideração o interesse institucional na contratação e as particulares circunstâncias do contratando, designadamente em termos de percurso curricular e condições remuneratórias auferidas no exercício de funções similares, podendo, em situações excecionais como tal devidamente justificadas, incorporar um acréscimo até, no máximo, um terço sobre os valores constantes da Tabela a que se refere o número anterior.
- 3- Aos docentes em regime laboral aplicam-se, com as devidas adaptações, as regras em matéria de alteração do posicionamento remuneratório vigentes, para situação equivalente do pessoal docente em regime público, no ECDU ou no ECPDESP, consoante o caso.

Artigo 11.º

Disposições finais

1- As remissões para a legislação aplicável, designadamente no que respeita ao CT e Estatutos de Carreira são dinâmicas, por isso que abrangendo as alterações supervenientes em relação às matérias objeto de remissão.

2- O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva publicação no *Diário da República*.

Tabela Anexa

Docentes do Ensino Universitário

Categoria	Regime de tempo	Posições retribuídas					
		Mês retribuído da tabela única					
		1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º
Professor Catedrático em regime laboral	Dedicação exclusiva	39	41	42	43	44	45
	Tempo integral	24	26	27	29	31	33
Professor Associado e Agregado em regime laboral	Dedicação exclusiva	34	36	38	39	41	42
	Tempo integral	18	20	22	24	26	27
Professor Associado em regime laboral	Dedicação exclusiva	29	32	35	37	38	39
	Tempo integral	12	14	19	21	22	24
Professor Auxiliar em regime laboral	Dedicação exclusiva	25	28	32	34	36	37
	Tempo integral	8	10	14	16	18	21
Assistente em regime laboral	Dedicação exclusiva	10	11	15	17		
	Tempo integral	2	3	5	6		
Líder em regime laboral	Dedicação exclusiva	9	10	13	15		
	Tempo integral	1	2	4	5		

Docentes do Ensino Pós-secundário

Categoria	Regime de tempo	Posições retribuídas					
		Mês retribuído da tabela única					
		1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º
Professor Coordenador Principal em regime laboral	Dedicação exclusiva	39	41	42	43	44	45
	Tempo integral	24	26	27	29	31	33
Professor Coordenador e Agregado em regime laboral	Dedicação exclusiva	34	36	38	39	41	42
	Tempo integral	18	20	22	24	26	27
Professor Coordenador e Agregado em regime laboral	Dedicação exclusiva	29	32	35	37	38	39
	Tempo integral	12	14	19	21	22	24
Professor Adjunto em regime laboral	Dedicação exclusiva	23	25	28	30	32	33
	Tempo integral	7	8	10	13	14	16
Assistente em regime laboral	Dedicação exclusiva	10	11	15	17		
	Tempo integral	2	3	5	6		

Categoria	Regime de tempo	Posições retribuídas					
		Remuneração					
		1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º
Professor Catedrático em regime laboral	Dedicação exclusiva	4.664,97 €	4.910,49 €	5.074,17 €	5.401,54 €	5.601,54 €	5.801,54 €
	Tempo integral	3.108,98 €	3.273,06 €	3.392,78 €	3.601,00 €	3.754,36 €	3.967,68 €
Professor Associado e Agregado em regime laboral	Dedicação exclusiva	4.010,23 €	4.173,92 €	4.337,60 €	4.654,97 €	4.910,49 €	5.074,17 €
	Tempo integral	2.673,49 €	2.782,61 €	2.891,73 €	3.109,98 €	3.273,06 €	3.392,78 €
Professor Associado em regime laboral	Dedicação exclusiva	3.601,03 €	3.764,71 €	4.092,08 €	4.255,76 €	4.397,69 €	4.664,97 €
	Tempo integral	2.400,68 €	2.509,81 €	2.728,05 €	2.837,17 €	2.891,73 €	3.109,98 €
Professor Auxiliar em regime laboral	Dedicação exclusiva	3.191,82 €	3.437,34 €	3.764,71 €	4.010,23 €	4.092,08 €	4.255,76 €
	Tempo integral	2.197,69 €	2.291,59 €	2.509,81 €	2.673,49 €	2.728,05 €	2.837,17 €
Assistente em regime laboral	Dedicação exclusiva	2.201,56 €	2.373,40 €	2.597,09 €	2.616,93 €		
	Tempo integral	1.527,71 €	1.592,27 €	1.691,39 €	1.745,95 €		
Líder em regime laboral	Dedicação exclusiva	2.209,72 €	2.291,59 €	2.455,25 €	2.537,09 €		
	Tempo integral	1.473,15 €	1.527,71 €	1.636,83 €	1.691,39 €		

Categoria	Regime de tempo	Posições retribuídas					
		Remuneração					
		1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º
Professor Coordenador Principal em regime laboral	Dedicação exclusiva	4.664,97 €	4.910,49 €	5.074,17 €	5.401,54 €	5.601,54 €	5.801,54 €
	Tempo integral	3.108,98 €	3.273,06 €	3.392,78 €	3.601,03 €	3.754,36 €	3.967,69 €
Professor Coordenador e Agregado em regime laboral	Dedicação exclusiva	4.010,23 €	4.173,92 €	4.337,60 €	4.654,97 €	4.910,49 €	5.074,17 €
	Tempo integral	2.673,49 €	2.782,61 €	2.891,73 €	3.109,98 €	3.273,06 €	3.392,78 €
Professor Coordenador e Agregado em regime laboral	Dedicação exclusiva	3.601,03 €	3.764,71 €	4.092,08 €	4.255,76 €	4.397,69 €	4.664,97 €
	Tempo integral	2.400,68 €	2.509,81 €	2.728,05 €	2.837,17 €	2.891,73 €	3.109,98 €
Professor Adjunto em regime laboral	Dedicação exclusiva	3.028,14 €	3.191,82 €	3.437,34 €	3.692,87 €	3.764,71 €	3.967,69 €
	Tempo integral	2.016,78 €	2.127,03 €	2.291,59 €	2.455,25 €	2.509,81 €	2.578,48 €
Assistente em regime laboral	Dedicação exclusiva	2.201,56 €	2.373,40 €	2.597,09 €	2.616,93 €		
	Tempo integral	1.527,71 €	1.592,27 €	1.691,39 €	1.745,95 €		